

ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Gabinete do Ministro da Administração Interna****Despacho n.º 9989/2026**

Sumário: Designa em comissão de serviço, por um período de três anos, a licenciada Sandra Inês Lourenço Henriques dos Santos, procuradora da República, como inspetora da Inspeção-Geral da Administração Interna.

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º, n.º 3, e no artigo 13.º, ambos do Decreto-Lei n.º 22/2021, de 15 de março, conjugados com os artigos 95.º, n.º 2, alínea f), 178.º e 179.º, todos do Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, na sua redação atual, e tendo sido obtida autorização prévia do Conselho Superior do Ministério Público, designo em comissão de serviço, por um período de três anos, a licenciada Sandra Inês Lourenço Henriques dos Santos, procuradora da República, como inspetora da Inspeção-Geral da Administração Interna.

2 — A presente designação tem como suporte a experiência relevante da licenciada Sandra Inês Lourenço Henriques dos Santos, conforme resulta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2026.

4 de agosto de 2026. — O Ministro da Administração Interna, Luís António Trindade Nunes das Neves.

Síntese curricular**I — Dados pessoais:**

Nome: Sandra Inês Lourenço Henriques dos Santos;

Data de nascimento: 8 de julho de 1974.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 1992 a 1997 — com a média final de 13 (treze) valores;

Frequência do curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas na Universidade Católica Portuguesa, em 1999;

Frequência do curso de preparação ministrado pela Universidade Portucalense do Porto, com vista ao ingresso no Centro de Estudos Judiciários;

Frequência de vários cursos de especialização, ações de formação, seminários e colóquios realizados pelo Centro de Estudos Judiciários.

III — Experiência profissional:

Ingresso no Centro de Estudos Judiciários, no dia 15 de setembro de 2002, iniciando funções nessa data como auditora de Justiça, no XXI Curso Normal de Formação para Magistrados;

De 27 de setembro 2004 a 15 de julho de 2005 — desempenho de funções como procuradora-adjunta, em regime de estágio, no Tribunal Judicial da Comarca de Almada;

De 15 de setembro de 2005 a 15 de julho de 2007 — desempenho de funções como procuradora-adjunta em regime de estágio no Tribunal Judicial da Comarca do Sabugal;

De 3 de setembro de 2007 a 31 de agosto de 2008 — desempenho de funções como procuradora-adjunta em regime de estágio no Tribunal Judicial da Comarca do Fundão;

De 2 de setembro de 2008 a 26 de abril de 2011 — desempenho de funções como procuradora-adjunta em regime de estágio no Tribunal Judicial da Comarca de Ourém.

Enquanto exerceu funções na Comarca de Ourém, foi, por indicação do Procurador da República com funções de coordenação do Círculo Judicial de Tomar, designada pelo procurador-geral distrital de Coimbra para o exercício da tarefa de magistrado de ligação do M.º P.º aquando da visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI a Portugal, em especial na sua permanência em Fátima, na área da Comarca de Ourém;

De 27 de abril de 2011 a 15 de julho de 2014 — desempenho de funções como procuradora da República na Comarca de Cascais, no DIAP de Cascais — competência genérica e unidade de criminalidade violenta;

De 1 de setembro de 2014 a 15 de julho de 2022 — desempenho de funções como procuradora da República na Comarca de Cascais, no Juízo Local Criminal;

De 1 de setembro de 2022 a 15 de julho de 2023 — desempenho de funções como procuradora da República na Comarca de Cascais, no Juízo de Instrução Criminal;

De 1 de setembro de 2023 até ao momento presente — desempenho de funções como procuradora da República na Comarca de Cascais, no Juízo Central Criminal;

Desde janeiro de 2019 e até 2022, desempenhou funções de magistrada formadora do Centro de Estudos Judiciários.

320030138